

40º Encontro Anual da Anpocs;
ST 09 Democracia e desigualdades

O combate à desigualdade como baliza ideológica no debate parlamentar
durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006)

Michele Diana da Luz¹

¹ Mestranda em Ciência Política pelo PPGCPOL /UFPEl

No Brasil, respaldado de um lado pela Constituição do bem-estar social, e de outro por um governo populista, tem-se enaltecido a elaboração de políticas sociais em prol da eliminação das desigualdades crescentes entre as classes. Ora, sabemos que a igualdade é um sonho malgrado. No entanto, considerando o dito popular 'água mole em pedra dura tanto bate até que fura', entendo ser possível a melhoria das precárias condições de vida das massas oprimidas com o exercício da solidariedade, da cooperação e da responsabilidade social.

Dep. Inocêncio Oliveira, PFL/PE, 24/08/2004

Introdução

A desigualdade social brasileira é um estigma histórico, cujas raízes remontam às origens do país. As diferentes formas de exclusão que subjagam grande parte da população - sobretudo no que diz respeito ao acesso às condições mínimas de cidadania - estão de tal modo estruturadas em nossa sociedade, que a naturalização e reprodução destas acabam por interferir na própria consolidação de uma ordem democrática efetiva. O que conforme Souza (2003), pode ser concebido como um processo de "produção de subcidadãos" como um fenômeno de massa".

Inegavelmente, a superação da desigualdade social brasileira (em suas mais variadas formas) tem se mostrado parte cada vez mais importante dos projetos governamentais, sobretudo nas duas últimas décadas, o que pode ser constatado através do desenvolvimento de programas de transferência de renda e da expansão do acesso ao crédito à população mais carente (SINGER, 2012). O marco deste debate se deu principalmente a partir da experiência do primeiro governo de Luíz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006), que trazia já em sua campanha a questão social como principal bandeira.

Por tratar-se de um momento de transição, já que pela primeira vez na história da recente democracia brasileira um partido reconhecidamente pertencente à esquerda assumiu o poder, a ascensão de Lula à Presidência da República é frequentemente vista como um divisor de águas no que concerne ao combate das desigualdades sociais no Brasil. Longe de uma postura meramente retórica, a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores à frente do Executivo nacional mostrou-se empenhada ante o desafio de promoção de

maior equidade. Dentre as iniciativas concretizadas nesse sentido, pode-se citar a unificação dos antigos programas de transferência de renda do Governo Federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás), também chamados Programas Remanescentes, que passaram a integrar o Programa Bolsa Família.

Como mostrou-nos a história, as políticas de combate à fome e miséria no período tiveram ampla aceitação por parte do eleitorado, o que pode ser constatado pelos altos índices de aprovação que seu governo obteve. Além disso, é plausível supor que a ênfase dada pelo Partido dos Trabalhadores aos projetos sociais durante seu primeiro governo e nas campanhas eleitorais posteriores cumpriu papel crucial (ainda que não exclusivo) na reeleição de Lula, em 2006, e em sua sucessão, com Dilma Rousseff, nas duas eleições subsequentes (2010 e 2014)².

Tomando-se, então, a aceitação destas políticas sociais por parte do eleitorado, é possível presumir a influência deste fator no discurso adotado por aliados e adversários na Câmara dos Deputados. Assim, torna-se interessante averiguar o modo como o combate à desigualdade social adquire não apenas maior espaço nos debates, mas também maior relevância em todo o campo político. Nesta perspectiva, a temática da desigualdade pode servir como uma espécie de “termômetro ideológico” do comportamento político, mesmo que não de forma explícita, considerando as peculiaridades atinentes ao momento político de crescente questionamento acerca da real postura ideológica do Partido dos Trabalhadores, em virtude de sua abertura a coligações mais “à direita”. Dito isto, a questão que se coloca é a de elucidar qual o posicionamento ideológico da Câmara dos Deputados quanto ao discurso do governo Lula de combate às desigualdades sociais em seu primeiro mandato.

Nossa suposição é de que a aceitação das políticas sociais por parte do eleitorado influenciou o posicionamento, ao menos no nível retórico, dos demais partidos políticos no período. Assim, tomando a questão do combate às

² Em pesquisa encomendada pela CNI ao IBOPE, ao final do segundo mandato de Lula, a aprovação pessoal do ex-Presidente apresentou recorde histórico, chegando a 87%. Dentre as áreas de atuação do governo que obtiveram avaliação positiva, o setor de combate à pobreza foi o mais bem avaliado, com 71% de aprovação (CNI-IBOPE, 2010).

desigualdades como balizadora do debate em um sentido ideológico, acredita-se que o discurso parlamentar a este respeito sofreu uma guinada à esquerda.

A opção pelo objeto “desigualdade” se deu pelo entendimento de que trata-se de um tema que permite captar de forma clara manifestações nas quais os parlamentares expressam suas visões a respeito do papel que o Estado deve adotar, tal como sua percepção sobre a eficácia das medidas implementadas (se determinadas políticas produzem igualdade de oportunidades ou atuam como reprodutoras de desigualdades).

Partindo do exposto, o objetivo central que se coloca nesta pesquisa é o de captar os matizes ideológicos do debate sobre a desigualdade no parlamento brasileiro, mais especificamente, na Câmara dos Deputados.. Como ponto de partida, toma-se a classificação ideológico-partidária clássica, proposta por Limongi e Figueiredo (1995), segundo a qual os partidos de maior representatividade no Congresso podem ser dispostos no seguinte *continuum* ideológico: à direita situam-se PDS/PPR, PFL e PTB, no centro figuram PMDB e PSDB e, à esquerda, PDT e PT (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1995). Tendo em conta as alterações de algumas das nomenclaturas e cisões ou fusões partidárias ocorridas entre o período analisado e o da formulação desta categorização, para efeitos de classificação inicial e comparativos, considera-se a adaptação da mesma pela incorporação de siglas surgidas nesse ínterim.

Esta primeira classificação é denominada “inicial” pelo fato de que se pretende inferir o posicionamento ideológico dos parlamentares a partir de seu comportamento no campo político discursivo da representação política. Assim sendo, a proposta aqui apresentada não visa, neste momento, a interpretação dos discursos partidários isoladamente, mas sim a observação do campo político de forma mais ampla, aqui representado pela Câmara dos Deputados.

Metodologia

Antes de iniciarmos a descrição do procedimento metodológico a partir do qual a análise foi desenvolvida, é importante pontuar, desde já, uma característica seminal de nossa proposta, que é a distinção entre a análise de conteúdo e a análise de discurso. Ao propormos uma análise dos discursos

parlamentares, estamos indo além do conteúdo expresso nos pronunciamentos que examinamos. Como bem explica Pinto: “análise de conteúdo é um método de análise de texto; análise de discurso é uma teoria dos sentidos, das significações” (PINTO, 2009, p. 80). Esta diferenciação é importante não só para a correta compreensão da proposta, como da importância das opções teóricas assumidas.

Como acrescentam Lopes, Mendonça e Burity (2015), a análise do discurso trata das condições de fixação de um discurso concreto, o que envolve um complexo articulado de elementos simbólicos e práticos, em um contexto em que múltiplas possibilidades estão em disputa. Nesse processo, a produção de uma “formação hegemônica” exclui outras possibilidades. Deste modo, “a análise do discurso é uma análise de como práticas se tornam simbólica e materialmente hegemônicas, autoevidentes, vinculantes” (LOPES, MENDONÇA e BURITY, 2015, p. 16). Dito isto, passemos à descrição das etapas metodológicas que compõem este trabalho.

É necessário registrar que a metodologia empregada está adstrita a um projeto de pesquisa³ mais amplo, cujo objetivo é a proposição de uma nova metodologia de classificação ideológica para os partidos políticos brasileiros. Tal classificação parte do comportamento dos partidos nos poderes Legislativo e Executivo, ou seja, no *campo discursivo* da representação política, em que são consideradas todas as siglas partidárias e sujeitos políticos que estabelecem as relações entre Executivo e Legislativo. O entendimento, na referida proposta metodológica, é de que os sentidos discursivos e ideológicos que permeiam um determinado campo são, em geral, partilhados pelos sujeitos que dele fazem parte, neste caso, pelos representantes políticos. Deste modo, os sentidos políticos assumem uma condição hegemônica, ainda que isso não implique que todos os sujeitos compartilhem os sentidos ideológicos da mesma forma. Em outras palavras, mesmo que os políticos tenham entendimento dessemelhante quanto ao conteúdo valorativo de determinada proposta, há um grau mínimo de

³ Projeto “Ideologia e Partidos Políticos no Brasil: uma nova metodologia de classificação”, financiado pelo CNPq/CAPES/FAPERGS, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Ideologia e Análise de Discurso, sob coordenação dos professores Daniel de Mendonça e Bianca de Freitas Linhares (UFPEl).

concordância quanto sua natureza mais à esquerda ou à direita, pois os sentidos associados a tais posicionamentos estão, de alguma forma, sedimentados dentro do campo discursivo.

Vale destacar, no entanto, que este mesmo campo discursivo é, primordialmente, um local constituído pela disputa. Assim, a aferição de sentidos para determinado significante por vezes encontra lugar em ambos os pólos ideológicos, o que Laclau (2013) chama de “significantes flutuantes”. Diante de tal postulação teórica, é natural que nos venha o questionamento sobre a relevância de continuarmos a utilizar a díade esquerda-direita em nossas classificações, uma vez que alicerçamos nossa proposta em um aporte teórico que tem por premissa uma visão não essencialista dos discursos. O próprio cenário político brasileiro da última década incita tal interpretação. A este respeito, entretanto, nosso entendimento é de que embora se possa facilmente dizer que as fronteiras ideológicas dos partidos no Brasil atualmente sejam bastante nebulosas, esquerda e direita continuam sendo os denominadores que dividem os partidos e a partir dos quais estes se posicionam.

É indispensável também frisar que o campo discursivo não se refere unicamente ao posicionamento retórico por eles assumido, uma vez que a metodologia fundamenta-se na teoria do discurso, segundo a qual não é possível fazer distinção entre a ideologia e a prática do sujeito, pois ambas estão sempre interligadas e são indissociáveis. Assim sendo, a ideologia é considerada a partir de uma perspectiva material. Dito isto, ressaltamos que embora neste momento a análise atenha-se exclusivamente aos pronunciamentos dos Deputados Federais, deve-se ter em mente que os resultados dela provenientes são parte integrante de uma análise mais ampla, não devendo, assim, ser considerados isoladamente.

A metodologia “original” da qual esta análise deriva ressalta que o real posicionamento ideológico dos parlamentares manifesta-se, de fato, na “prática” parlamentar, a qual pode ser considerada através de políticas públicas, medidas provisórias, projetos de lei, etc.. Tal posicionamento ancora-se no fato de que a materialidade destas proposições se expressa de forma mais palpável, já que uma vez aprovadas, elas implicarão em uma mudança efetiva na realidade.

Como nosso interesse aqui é o de verificar o posicionamento retórico parlamentar com respeito às medidas adotadas pelo Governo Federal no combate à miséria e desigualdades, uma das principais bandeiras eleitorais do Partido dos Trabalhadores ao assumir a presidência em 2003, nossa abordagem no presente trabalho, como já afirmado, fixar-se-á neste primeiro nível de análise ideológica. Para tanto, tomamos por base seus pronunciamentos em distintas sessões na Câmara dos Deputados (Grande Expediente, Pequeno Expediente, Comissões etc.), disponíveis no *site*⁴ da Câmara dos Deputados e de livre acesso.

Ainda que os resultados provenientes da análise retórica não nos possibilitem conclusões mais apuradas do ponto de vista ideológico, entendemos que estas manifestações possuem grande relevância, uma vez que permitem demonstrar a autopercepção ideológica exteriorizada pelos sujeitos. As etapas metodológicas realizadas para tanto serão explicadas mais pormenorizadamente a seguir.

Procedimentos de coleta e análise dos pronunciamentos

Como o trabalho deriva de uma proposta de metodologia que é muito mais abrangente, partimos de uma base de dados já composta por uma grande quantidade de significantes, advindos de coletas de pronunciamentos anteriores, que resultaram na criação de um “Quadro de sentidos base”⁵, o qual funciona como um guia para a classificação do conteúdo ideológico do material pesquisado. Este quadro abrange uma série de temas e divide-se em três grandes áreas: Estado, Economia e Social, as quais são compostas por subáreas, que por sua vez, abarcam os sentidos ideológicos que as justificam⁶.

⁴ <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>.

⁵ Anexo A.

A razão pela qual chamamos a este quadro de sentidos de “base”, se deve ao fato de ele possuir os sentidos principais que nos permitam uma classificação, podendo ser expandido pela incorporação de novos sentidos que ampliem sua abrangência temática. Assim, um pesquisador que pretenda estudar um objeto específico, que não considere suficientemente contemplado pelo quadro pode, a partir dos sentidos base, incorporar novos sentidos ao quadro. O processo seguido para a análise da temática da desigualdade foi o mesmo empregado para a formação deste quadro, que é descrito a seguir.

Coleta e análise primária

Para a construção do quadro base, a primeira tarefa a se delinear foi a de definir as palavras que nos levariam aos pronunciamentos dos quais seria possível extrair os principais sentidos ideológicos de direita e esquerda no campo discursivo da significação política, as quais chamamos de “palavras detonadoras”. A finalidade destas era a de possibilitar-nos acessar (nos pronunciamentos) uma série de “sentidos aplicados” a elas correlatos. Por “sentidos aplicados”, entendemos a relação possível de ser estabelecida entre determinada palavra detonadora e contextos específicos, tais como uma política pública, uma ação governamental ou um projeto de lei, por exemplo.

Partindo deste quadro base e tendo em conta o objeto de pesquisa em questão no presente trabalho, a palavra detonadora utilizada foi “desigualdade”. As buscas foram realizadas no *Banco de Discursos* de responsabilidade do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados, no período que contempla a 52ª Legislatura parlamentar (de 02 /02 /2003 a 22/12 /2006).

Foram consideradas todas as falas em que a palavra detonadora figurou no campo “assunto”, independentemente da seção do Diário (ordem do dia, pequeno expediente, grande expediente, breves comunicações, comunicações parlamentares). Deste primeiro levantamento foram encontradas 702 recorrências. Na seleção dos pronunciamentos a serem considerados para análise, o trabalho foi organizado de forma a: 1º) buscar os pronunciamentos integrais a partir da ocorrência da palavra detonadora nos “Sumários”; e 2º)

destacar os trechos dos pronunciamentos em que fosse possível perceber os "sentidos aplicados" para o termo "desigualdade".

Na seleção dos sentidos aplicados, o critério considerado para delimitação foi o de eleger para análise discursiva aqueles que possuíam um caráter: a) crítico ou favorável às desigualdades; b) casuístico ou propositivo quanto ao combate das desigualdades; c) crítico ou favorável às medidas governamentais adotadas no combate às desigualdades. Assim, foram desconsiderados pronunciamentos nos quais os parlamentares apenas reproduziam dados estatístico de estudos divulgados acerca do tema, assim como casos onde o discurso era demasiadamente vazio, tais como "a desigualdade é um grave problema". Desta etapa resultaram 335 pronunciamentos. A distribuição dos pronunciamentos por partido pode ser observada na tabela abaixo:

Tabela 1 – Distribuição dos pronunciamentos por partido

Partido	Pronunciamentos
PT	98
PMDB	48
PFL	35
PL	30
PP	23
PSB	21
PSDB	20
PTB	17
PC do B	15
PDT	13
PPS	8
PSC	4
PV	1
PPB	1
PSOL	1

A sistematização dos pronunciamentos foi feita em uma planilha do programa Excel, onde constam: Partido, Nome do Parlamentar, Estado, Data (da manifestação) e Trecho (selecionado) do pronunciamento. Isto feito, a planilha foi então incorporada ao *software* NVivo para codificação dos significantes, classificados como *nodes*.(nós). Estas codificações foram realizadas com base no quadro de sentidos oriundo da pesquisa original, ao qual foram integrados novos significantes, quando pertinente.

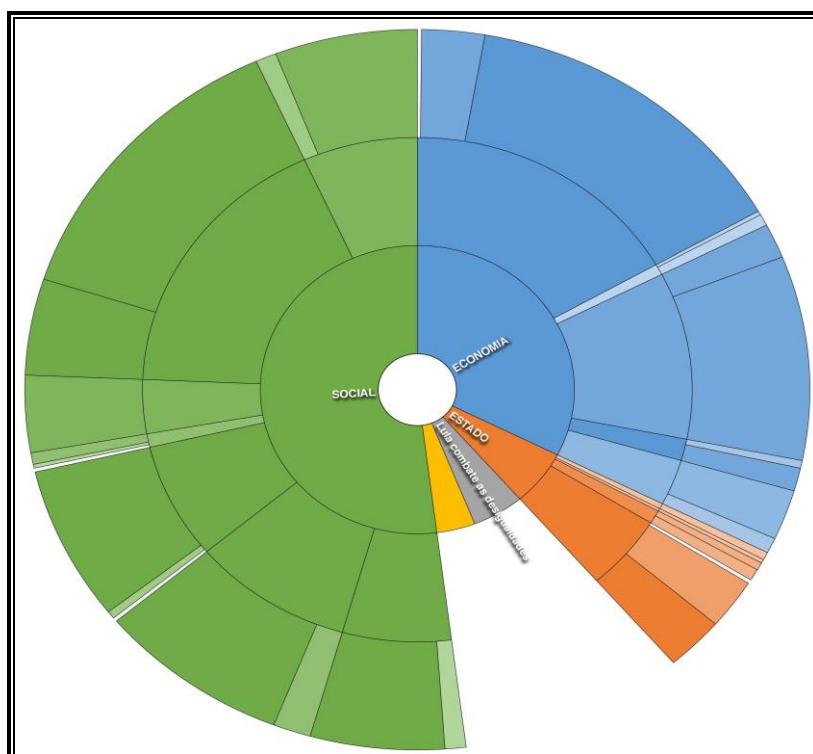
Codificação dos sentidos ideológicos de esquerda e direita

A codificação dos sentidos ideológicos presentes nos pronunciamentos partiu da mesma divisão adotada na pesquisa original, cujo quadro de sentidos divide-se em três grandes áreas, quais sejam: Estado, Economia e Social. Dentro destas três áreas, estão alocados os significantes de direita e esquerda em cada nó, associados à determinada temática que compõe as áreas. Cabe sublinhar que embora estejam assim elencadas, as áreas não são necessariamente excludentes, pois com frequência os sentidos presentes nas proposições ou pronunciamentos transpassam por mais de uma delas.

No caso do discurso acerca da desigualdade, antes mesmo de incorporar os pronunciamentos ao software de análise para codificação nos referidos nós, foi possível identificarmos cinco eixos temáticos principais, que são: 1)Desigualdade Racial; 2) Desigualdade de Gênero; 3) Desigualdade Regional; 4) Desigualdade econômica e 5)Gestão governamental. Dentre estes, apenas os dois primeiros eixos foram passíveis de codificação em apenas uma das grandes áreas de significação, que foi a área Social. No caso dos demais eixos temáticos, a maioria dos pronunciamentos foi codificado concomitantemente em mais de uma área.

A disposição das codificações pode ser observada abaixo, conforme a figura 1:

Figura 1 – Pronunciamentos por área (2003-2006).



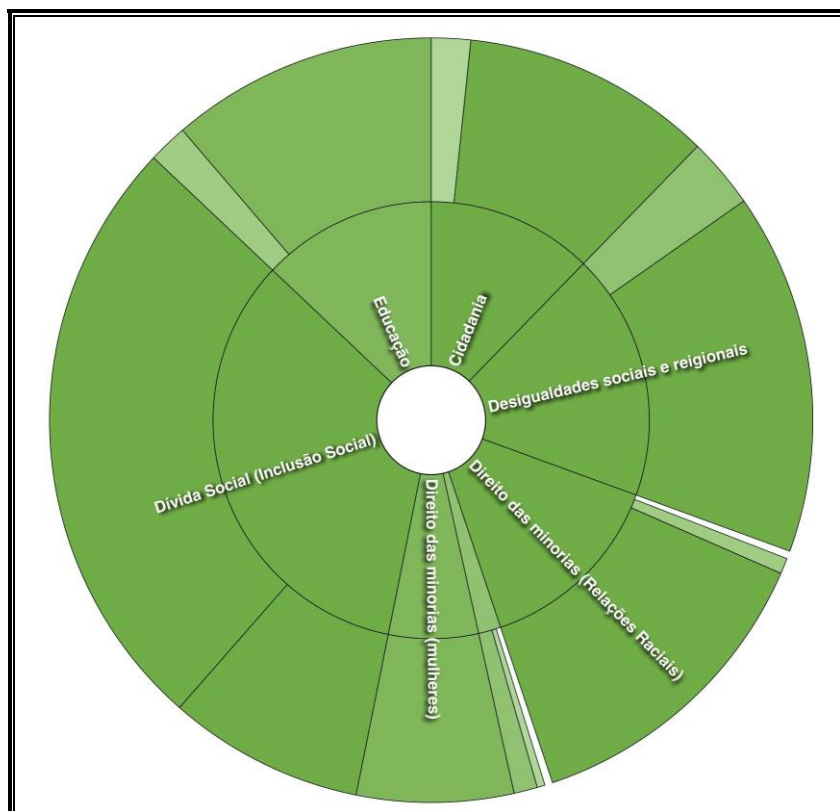
Elaboração própria.

Como se pode notar, a maior concentração dos pronunciamentos é na área Social, seguida pela Economia e, por fim, pela área de Estado. A preponderância desta área já era presumível, dado o objeto em questão. A novidade encontrada, neste tocante, foi a necessidade de adição de um significante (não integrado ao quadro) aos nós, que é o significante “Lula combate a desigualdade”. Esta inclusão foi necessária a partir da percepção da grande recorrência com que este significante aparecia nos pronunciamentos, frequentemente dissociado de propostas específicas de uma das áreas e na maioria das vezes com cunho bastante personalista, não agremiado ao partido.

Este significante foi incluído à análise de forma dissociada dos demais por tratar-se de um sentido recorrente, logo, significativo. Contudo, entendendo que sua alocação como significante de esquerda – que seria seu lugar natural – não retrataria o real sentido expresso nos discursos, uma vez que em sua maioria, dizem respeito à figura do então Presidente e a não políticas específicas por ele implementadas, optamos por trata-lo como um significante desagregado.

Dentro da área Social, o debate sobre a desigualdade figurou, sobretudo, entre seis significantes, conforme imagem abaixo:

Figura 2 – Significantes Social - Desigualdade



Elaboração própria.

Em todos os significantes nos quais a questão da desigualdade foi discutida, os sentidos ideológicos encontrados foram majoritariamente de esquerda. O único dos significantes no qual foi possível observar certa expressão de ambos os discursos foi o significante “Dívida Social (Inclusão social)”. Neste, os sentidos codificados como ideologicamente pertencentes à esquerda dizem respeito principalmente à importância dos programas de transferência de renda no combate à fome e à miséria, assim como de políticas públicas voltadas à inclusão via educação para combate da violência (entendida como resultado da desigualdade de oportunidades), e ao argumento de que o controle da inflação não é suficiente para garantir o bem-estar dos mais pobres.

Em suma, um ideário que ressalta a necessidade de se aplicar um tratamento desigual para promover a equidade.

Já no campo da direita, os sentidos atinentes a este significante estão frequentemente ligados à um discurso de que o combate às desigualdades deve dar-se através da implantação de educação profissionalizante e também estar atrelada ao desenvolvimento econômico. É também presente neste discurso a crítica à forma como são administrados os programas de transferência de renda, apontados como “não emancipadores” dos beneficiários, o que torna-os eleitoreiros e assistencialistas. Neste discurso, a forma mais eficaz de corrigir as desigualdades sociais seria através da geração e manutenção de empregos.

No que se refere aos demais significantes, cuja codificação deu-se majoritariamente à esquerda, os sentidos encontrados mantém relação próxima com o significante Dívida social. No caso de “Educação”, por exemplo, o discurso de esquerda cita a importância de políticas como o Bolsa escola, tal como da educação pública de qualidade como forma de elevar as condições de vida da população. Do mesmo modo, o significante Cidadania está também ligado aos demais significantes que compõem a área social dentro deste espectro ideológico. Nesta visão, para além das garantias democráticas constitucionais, a cidadania não é possível dado o fato de que as diferentes formas de desigualdades (de renda, raça, gênero, econômica...) produzem distintos níveis de direitos, oportunidades e horizontes. Ou seja, a cidadania requer, além de direitos políticos, direitos socioeconômicos.

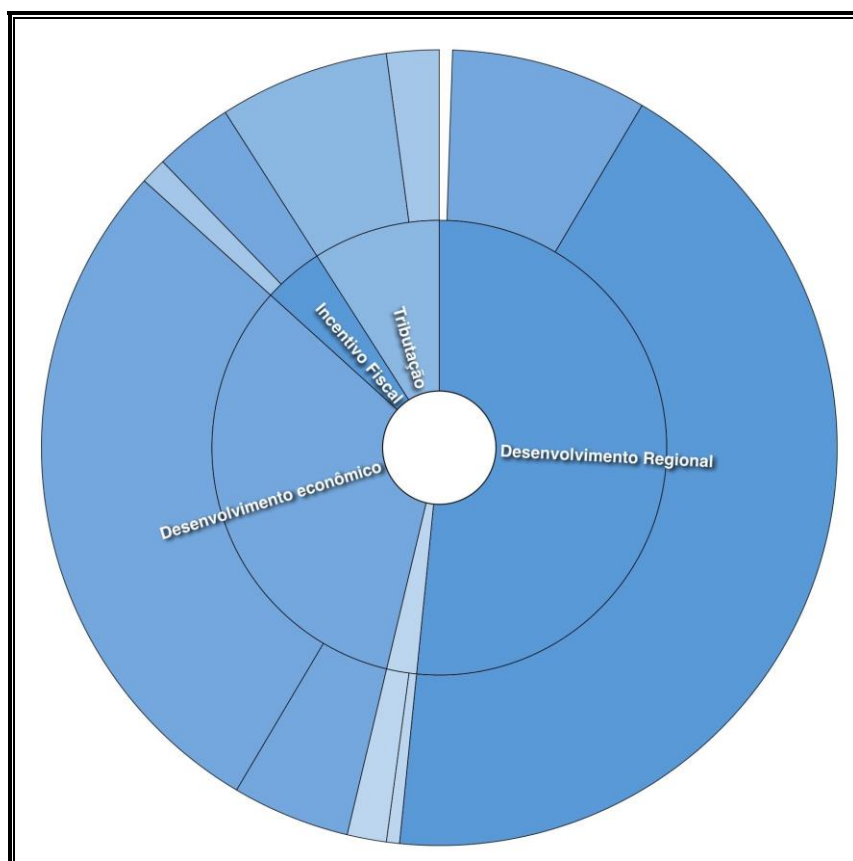
No que diz respeito aos três últimos significantes: “Desigualdades sociais e regionais”, “Direito das minorias (Relações Raciais)” e “Direito das minorias (mulheres)”, os sentidos presentes no discurso são muito próximos entre si e guardam relação estreita com os já mencionados: Desigualdade de renda como fator primordial da violência, relação direta entre desigualdades regionais e sociais, assim como entre desigualdades raciais e sociais; a incapacidade das políticas universalistas na resolução do problema das desigualdades e a consequente necessidade de ações afirmativas nos diferentes campos.

Nos pronunciamentos em que foram codificados os sentidos do discurso de direita para os mesmos nós significantes, nota-se, com respeito às desigualdades regionais, que o baixo desenvolvimento tecnológico nas regiões

Norte, Nordeste e Centro-Oeste é apontado como fator relevante para a desigualdade nestes locais. Já nos nós referentes aos Direitos das minorias, registra-se o questionamento quanto a eficácia das cotas para a diminuição das desigualdades de raça e gênero, alegando tratar-se de um “tratamento sintomático”, e não estrutural.

Contrariamente ao esperado, na área Economia, houve também perceptível preponderância do discurso de esquerda em todos os nós significantes codificados. Nesta área, o discurso estabeleceu-se em torno de quatro pontos, sendo o “Desenvolvimento Regional” o de maior destaque:

Figura 3 – Significantes Economia



Elaboração própria.

Dentro dos nós em questão, o discurso de esquerda fala da necessidade de adoção de uma agenda de desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste, a qual objetivaria atrair mais investimentos para estas áreas, assim como da importância das agências/superintendências de desenvolvimento regional

(SUDECO, SUDAM E SUDENE) como instrumento de promoção do crescimento e aumento da competitividade destas e do Centro-Oeste. A afirmação recorrente é de que a União deve assumir o compromisso de acabar com as desigualdades regionais mediante maior repasse às regiões mais pobres.

Os sentidos de direita encontrados nos pronunciamentos concernem à defesa de zonas francas e necessidade de maior investimento em tecnologia nas regiões mais pobres. Adicionalmente, a expansão do turismo é colocada como uma possibilidade viável para impulsionar a geração de emprego e aumento de renda da população. Entretanto, é indicada a impossibilidade de estabelecimento de projetos de desenvolvimento na região Norte por frequente interferência do IBAMA, visto como um “entrave” ao desenvolvimento nestes locais. Em menor recorrência, mas também presentes, as demarcações de terras indígenas são apontadas como prejudiciais para produtividade agrícola na região.

O nó de segunda maior recorrência dentro da Economia, “Desenvolvimento econômico”, demonstra uma diferença bastante clara entre as concepções defendidas por cada pólo ideológico. Dentre os sentidos de esquerda encontrados para este significante estão presentes a ideia de que o desenvolvimento econômico não deve visar apenas o capital, mas ser concebido de modo a promover o bem-estar social da população e preconizar o fortalecimento da economia nacional. À direita, os sentidos enunciados são de que o desenvolvimento econômico é o caminho para melhorar o bem-estar da população, através da geração de empregos. Em oposição ao significado atribuído pela esquerda, o discurso de direita neste tocante defende que o desenvolvimento advém da abertura da economia ao investimento internacional, assim como do controle da taxa de juros e da inflação. Em suma, o bem-estar social é colocado como finalidade em ambas as visões, porém, na primeira, ele deve ser parte do modo de se gerar o desenvolvimento econômico, enquanto que na segunda, ele é o resultado das ações empregadas para este fim.

O nó “Incentivo fiscal” é outro exemplo no qual os discursos de ambos os lados aproximam-se bastante, sendo distinguidos por pequenas peculiaridades

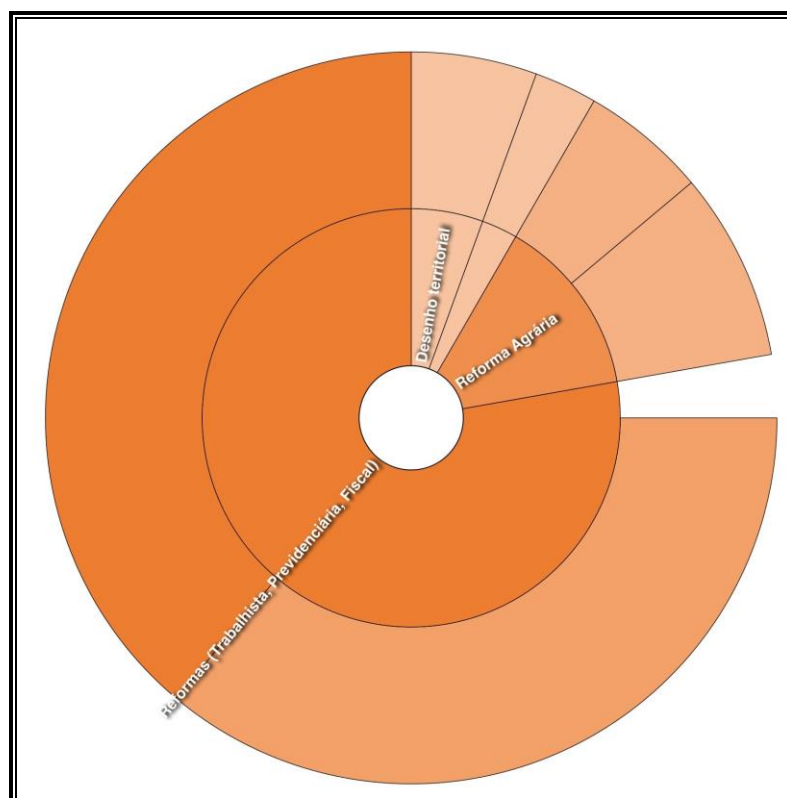
apenas. Nos dois enfoques é defendida a necessidade de maior incentivo fiscal para atração de indústrias e geração de emprego. A distinção existente se dá no fato de que o discurso de esquerda atrela à este sentido o significante de desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste com maior ênfase, imputando ao Estado esta obrigação de aumentar o repasse de verbas para estas regiões.

Por sua vez, o nó “Tributação” exprime uma diferenciação mais clara entre os posicionamentos ideológicos. Enquanto os sentidos de esquerda giram em torno do argumento de que os mais ricos devem ser taxados com maior rigor para que haja distribuição de renda mais equânime; o discurso de direita alega que a alta carga tributária desencoraja iniciativas no setor produtivo e penaliza os mais pobres.

Do mesmo modo que ocorre na área Social, estes nós da Economia demonstram, mais uma vez, a proximidade existente entre as áreas de classificação, de modo que estas podem ser concebidas de forma geminada para a codificação e interpretação de determinados significantes. Assim, Tributação e Incentivo Fiscal estão presentes, também na área Estado, mas no sentido de Reforma Fiscal. Ainda que possam ser codificados concomitantemente em ambas as áreas – por vezes em pólos ideológicos antagônicos -, o parâmetro para a alocação de um significante em determinada área é o seu cerne. Tratando-se de significantes econômicos dentro da área Estado, o cerne a ser considerado é seu fito de alterar a estrutura administrativa da máquina estatal de forma pontual, por meio de reformas, por exemplo.

Deste modo, a área Estado condensa, de certa forma, os sentidos presentes nas outras duas áreas, porém com um caráter mais burocrático.

Figura 4 – Significantes Estado



Elaboração própria

Partindo deste pressuposto, observou-se que os sentidos atinentes às Reformas (Trabalhista, Previdenciária e Fiscal) encontrados no discurso da esquerda recapitulam as ideias de que o Estado deve agir como promotor e garantidor do desenvolvimento social, atuando de forma enérgica para corrigir as distorções existentes entre as regiões, privilegiando as menos desenvolvidas. Além disso, evoca-se que a atividade produtiva não deve ser taxada da mesma forma que aplicações financeiras, já que a primeira gera empregos e a segunda apenas concentração de renda.

Para o discurso de direita, a questão social é apresentada como justificativa da necessidade das reformas, sob a ótica de que a diminuição da carga tributária é mister para o desenvolvimento econômico e conseqüentemente social do país, entendendo que a legislação fiscal vigente inibe investimentos capazes de gerar empregos. Além disso, a defesa de maior autonomia dos municípios na gerência dos valores arrecadados (descentralização das receitas) é frequentemente apontada como fator necessário para o equilíbrio das contas municipais. Este foi o único nó, dentre

as três áreas analisadas, no qual o discurso de direita apareceu com equivalência proporcional ao de esquerda.

“Reforma agrária” foi colocado como um nó a parte das demais reformas devido à sua correlação com o nó Social “Relações agrárias”. Abordado preponderantemente pelo discurso de esquerda, este nó aparece frequentemente ligado ao combate às desigualdades regionais e da concentração de renda. O discurso da direita acerca deste tema concentra-se no argumento de que a atividade agropecuária nacional é um setor crucial para a estabilidade econômica do país e que, portanto, deve ser valorizada.

Por fim, o significante “Desenho territorial” foi o único codificado exclusivamente em um polo ideológico. O discurso em questão, codificado como direita, consiste na ideia de que a criação de novos estados, a exemplo de Tocantins e Mato Grosso do Sul, gera uma distribuição mais racional e funcional entre os estados, diminuindo as desigualdades regionais e viabilizando melhor gerenciamento das verbas.

Considerações

Os resultados demonstram que o posicionamento ideológico na Câmara dos deputados é classificado preponderantemente como esquerda nas três áreas analisadas. Tal resultado pode ser explicado, em parte, pelo fato de que a base governista conquistou a maioria das cadeiras na Câmara dos Deputados no decorrer do primeiro governo Lula. Entretanto, tal afirmação, por si só, não explicaria o fato de que mesmo com representação significativa de partidos considerados de direita nos pronunciamentos analisados, os sentidos de esquerda tenham sido tão predominantes nos discursos.

Diante disto, é possível inferir que o discurso social do governo Lula exerceu influência nos demais discursos dentro do campo político, de modo a promover uma resignificação dos mesmos. Pode-se ainda supor que a distinção base aliada/oposição adquiere maior relevância para compreensão adequada do quadro ideológico brasileiro em dado período.

Referências:

LACLAU, E. **Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

_____. **Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de nuestro Tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990.

_____; MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso, 1985.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. "Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994". **Dados-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995.

LOPES, Alice C; BURITY, Joanildo A.e MENDONÇA, Daniel. Apresentação. In: **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Ed. Intermeios, São Paulo, 1ª Ed. 2015, 288p.

PINTO, Céli R. J. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, nº 24, p. 78-109, 2006.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

SOUZA, J. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 19 nº. 54, p. 79-96, 2003.

Pesquisa CNI – IBOPE: avaliação do governo e expectativa com relação ao novo governo. (dez. 2010), Brasília: CNI, 2010. [online] Disponível em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2013/07/25/52/20120828032958853226u.pdf

Anexo A – Quadro de sentidos base

ECONOMIA			
Desenvolvimento econômico			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Comunismo: abolição da propriedade privada, meios de produção acessível a todos, não há lucro, não há exploração entre os seres humanos. Superação do capitalismo a partir do socialismo. - Anticapitalismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Economia deve estar voltada para políticas de inclusão e afirmação social. - Intervenção do Estado em defesa da economia nacional. - Estado de bem-estar social. - Humanização do capitalismo: economia de mercado, mas com equalização de riquezas e de oportunidades. - Regulação do capital financeiro. - Lógica social que não seja governada pelo capital. - Aumento do salário mínimo acima da inflação (dívida social). - Estado como indutor do desenvolvimento e da redução das desigualdades sociais. - Desenvolvimento econômico com distribuição da riqueza. - Soberania nacional (Estado e das indústrias) em termos econômicos. - Estado como indutor de políticas públicas e do crescimento econômico. - Redução dos juros e do superávit primário para garantir mais recursos para investimentos para gerar empregos. - Investimentos públicos em infraestrutura. - Os trabalhadores não podem pagar pela crise do capitalismo, do mercado sem regulação. - Inclusão de brasileiros no mercado consumidor de massa/inclusão econômica. - Contra FMI e ALCA. - Economia ecologicamente e ambientalmente sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa do capitalismo (sistema de mercado, economia de mercado). - Defesa da posição dos donos dos meios de produção. - Defesa do empreendedorismo com redução da carga tributária. - Capitalismo recompensa o trabalho, a engenhosidade, criatividade. - Defesa do capital financeiro. - Livre empreendedorismo e contra a intervenção estatal na economia (não contando períodos de crises, nas quais é requerida a intervenção do Estado). - Defesa da modernização tecnológica e gerencial das empresas e do Estado para aumentar a competitividade. - Defesa das privatizações para tornar empresas mais dinâmicas e competitivas. - Parceria público/privada para modernizar a infraestrutura do país (portos, estradas, energia etc.). - Estímulo à competitividade. - Modernização da legislação do trabalho (flexibilização das relações de trabalho). - Defesa da livre circulação de capitais e de mercadorias entre os países. Defesa do neoliberalismo/capitalismo. - Ideologia do consumo contínuo como sentido da vida. - Responsabilidade do Estado para com o mercado. - Ajuste/responsabilidade fiscal do Estado com a consequente promoção de reformas (previdenciária, trabalhista). - Limitação de gastos sociais. - Estado em dia com juros das dívidas externa e interna. - Elevação das taxas de juros e redução do tamanho do Estado. - Risco Brasil: medição da possibilidade de investimento lucrativo e seguro no país. 	<p>Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.</p>
Desenvolvimento Regional			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<p>Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento que integre a região com o nacional e que inclua políticas públicas de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão produtiva e social. - Desenvolvimento regional a partir da intervenção do Estado com políticas específicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capitalismo gerou a ocupação do território da Amazônia. - Desenvolvimento envolve empreendimentos e manejo sustentável do meio ambiente. - Desenvolvimento regional no sentido de integração do local ao país e ao mundo. 	<p>Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.</p>
Desenvolvimento Sustentável			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<p>Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento sustentável no sentido de desenvolvimento econômico, mas com distribuição de renda, emprego, inclusão social. - Estímulo ao desenvolvimento de energias alternativas, limpas, baratas e ecologicamente sustentável Políticas públicas do Estado no sentido de desenvolvimento de energias alternativas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento envolve empreendimentos e manejo sustentável do meio ambiente. 	<p>Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.</p>
Incentivo fiscal			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<p>Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Em geral, contrária ao incentivo fiscal às empresas, salvo se houver contrapartida social. - Investimentos e empréstimos públicos condicionados à contrapartida de manutenção de empregos e de renda dos trabalhadores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo ao empreendedorismo. - Redução da carga tributária. - Redução da intervenção do Estado na economia. - Concessão de recursos públicos à iniciativa privada. 	<p>Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.</p>
Tributação (Impostos)			

<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Defesa de uma reforma tributária que onere mais os ricos e menos os pobres.	- Defesa de uma reforma tributária que onere mais os ricos e menos os pobres.	- Estímulo ao empreendedorismo com redução da carga tributária. - Desonerar de impostos a folha de pagamentos para novos empregos.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
ESTADO			
Política Externa			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Rompimento com imperialismo (dos Estados Unidos), com o Fundo Monetário Internacional, com a ALCA. - Construção de laços de solidariedade com outros países, particularmente na América Latina, com Cuba, Venezuela (chavista) e Argentina (kirchnerismo). - Pelo não pagamento da dívida externa e pela estatização do sistema financeiro.	- Apoio à Venezuela Chavista. - Contra o alinhamento aos Estados Unidos. - Fortalecimento do Mercosul. - Defesa do PARLASUL dos povos da América Latina. - Defesa da permanência da Venezuela no Mercosul. - Desenvolvimento econômico dos países do Mercosul aliado à garantia de empregos e distribuição de renda. - Multilateralismo das relações econômicas e políticas. - Enfrentamento dos problemas ambientais. - Política externa soberana (o que significa não adesão às relações com Estados Unidos de qualquer forma). - Intercâmbios e convênios de cooperação com os países de língua portuguesa. - Defesa da identidade latino-americana. - Contra neoliberalismo, ajuste fiscal e Estado mínimo. - Contra a ALCA. - Defesa da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), pelo fortalecimento da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). - Defesa da autonomia da América do Sul em relação aos Estados Unidos. - Defesa do internacionalismo e dos trabalhadores.	- Defesa das relações comerciais com os Estados Unidos. - Contra o bolivarianismo da Venezuela de Hugo Chávez. - Defesa da ALCA.	- Contra o bolivarianismo da Venezuela de Hugo Chávez. - Defesa da soberania nacional, contra o comunismo internacional.
Privatizações			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Estado como principal agente de indução do desenvolvimento e de redução das desigualdades sociais. - Contra a privatização do patrimônio público. - Estatização do sistema financeiro.	- Estado como principal agente de indução do desenvolvimento e de redução das desigualdades sociais. - Contra a privatização do patrimônio público.	- Gera competitividade às antigas empresas estatais. - Defesa das PPP (Parcerias Público Privada). - Defesa da redução do Estado e da sua intervenção na economia. - Privatização como ideia neoliberal de “Estado mínimo”. - Defesa das concessões do patrimônio público para a administração do setor privado.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Reformas (trabalhista, previdenciária, ...)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Defesa de uma reforma tributária que onere mais os ricos e menos os pobres. - Redução da jornada de trabalho sem redução de salários. - Defesa da reforma política que amplie a participação da sociedade, assegure a existência de partidos consistentes, com a ampla representação social, e iniba a ação do poder econômico e a corrupção no processo eleitoral e na administração pública do País. - Defesa da reforma agrária. - Contra a reforma da previdência (de FHC e de Lula). - Reformas urbana e agrária.	- Defesa de uma reforma tributária que onere mais os ricos e menos os pobres. - Redução da jornada de trabalho sem redução de salários. - Defesa da reforma política que amplie a participação da sociedade, assegure a existência de partidos consistentes, com a ampla representação social, e iniba a ação do poder econômico e a corrupção no processo eleitoral e na administração pública do País. - Defesa da reforma agrária. - Contra a reforma da previdência (de FHC e de Lula). - Reformas urbana e agrária.	- Reforma para modernizar a legislação trabalhista. - Flexibilização das relações de trabalho. - Legislação trabalhista atual estimula o conflito, sendo responsável pela maior indústria de ações trabalhistas do mundo. - Defesa da reforma da Previdência. - Reforma para desonerar a folha de pagamento das empresas, para incentivar a iniciativa privada a abrir novas vagas de trabalho. - Reformas econômicas e da administração pública para diminuir a intervenção do Estado.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
SOCIAL			
Armamento			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Defesa do estatuto do desarmamento. - Armas fora de circulação reduzem a	- Defesa do estatuto do desarmamento. - Armas fora de circulação reduzem a	- Defesa pessoal e do patrimônio.	- Defesa pessoal e do patrimônio.

violência no país.	violência no país.		
Cidadania			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Liberdades de imprensa, religião, sindical. - Igualdade social. - Defesa da democracia (no sentido de soberania popular). - Não criminalização dos movimentos sociais. - Defesa da participação popular (radicalização da democracia). - Ampliação de recursos dos programas sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Liberdades de imprensa, religião, sindical. - Igualdade social. - Defesa da democracia (no duplo sentido: soberania popular e Estado democrático de direito). - Não criminalização dos movimentos sociais. - Defesa da participação popular (radicalização da democracia). - Ampliação de recursos dos programas sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Liberdades de expressão, imprensa. - Defesa da democracia (no sentido de Estado democrático de direito). 	<ul style="list-style-type: none"> - Liberdades de expressão, imprensa. - Defesa da democracia (no sentido de Estado democrático de direito).
Direitos de minorias (indígenas)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Avanços nos direitos dos povos indígenas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avanços nos direitos dos povos indígenas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Integrar indígenas à cultura branca, já que são brasileiros.
Direitos de minorias (infância e juventude)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de direcionar políticas específicas para a juventude. - Contra a redução da maioridade penal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de direcionar políticas específicas para a juventude. - Contra a redução da maioridade penal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa da redução da maioridade penal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contrária ao aborto para meninas menores de idade. - Defesa da redução da maioridade penal.
Direitos de minorias (LGBT)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Fim do preconceito LGBT. - Contra a homofobia. - Combate à opressão LGBT. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fim do preconceito LGBT. - Contra a homofobia. - Combate à opressão LGBT. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contrária às políticas LGBT. - Contra o casamento de pessoas do mesmo sexo.
Direitos de minorias (mulheres)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Luta contra o machismo, contra a desigualdade e pela igualdade/equiparação de gênero. - Defesa das pautas feministas. - Pelo fim do preconceito de gênero. - Contra a violência contra a mulher. - Contra a divisão sexual do trabalho. - Pelo direito ao aborto e à autonomia do corpo da mulher. 	<ul style="list-style-type: none"> - Luta contra o machismo, contra a desigualdade e pela igualdade/equiparação de gênero. - Defesa das pautas feministas. - Pelo fim do preconceito de gênero. - Contra a violência contra a mulher. - Contra a divisão sexual do trabalho. - Pelo direito ao aborto e à autonomia do corpo da mulher. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contra a emancipação das mulheres. - Contra o aborto.
Direitos de minorias (relações raciais)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Ideia negativa de que o racismo é uma construção social desigual; tal desigualdade se dá por uma “suposta inferioridade biológica”. - Contra a ideologia da inferioridade de negros e negras. - Ampliação da luta contra o racismo. - Criação de políticas públicas voltadas ao antirracismo e à inclusão dos negros. - Estado deve intervir na luta contra o racismo e na inclusão de negros. - Inclusão de negros via educação (em todos os níveis), como uma política de Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ideia negativa de que o racismo é uma construção social desigual; tal desigualdade se dá por uma “suposta inferioridade biológica”. - Contra a ideologia da inferioridade de negros e negras. - Ampliação da luta contra o racismo. - Criação de políticas públicas voltadas ao antirracismo e à inclusão dos negros. - Estado deve intervir na luta contra o racismo e na inclusão de negros. - Inclusão de negros via educação (em todos os níveis), como uma política de Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa de práticas racistas.
Dívida social (inclusão social)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Instituição de políticas públicas sociais. - Ampliação de recursos para programas sociais. - Contra a desigualdade social. - Combate à fome. - Acesso dos mais pobres ao poder judiciário para terem seus direitos garantidos. - Defesa do salário desemprego e do bolsa família. - Defesa dos pobres, dos excluídos. - Defesa de políticas de inclusão e de igualdade social. - Reformas urbana e agrária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instituição de políticas públicas sociais. - Regulação do sistema capitalista pelo Estado. - Ampliação de recursos para programas sociais. - Contra a desigualdade social. - Inclusão social pelo consumo. - Combate à fome. - Acesso dos mais pobres ao poder judiciário para terem seus direitos garantidos. - Defesa do salário desemprego e do bolsa família. - Defesa dos pobres, dos excluídos. - Esporte como política de inclusão social e desvinculada da imagem de prática competitiva. - Defesa de políticas de inclusão e de 	<ul style="list-style-type: none"> - Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.

	<ul style="list-style-type: none"> igualdade social. - Reformas urbana e agrária. 		
Educação			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Abertura de vagas para estudantes pobres nas universidades públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamento de estudantes pobres no ensino superior privado. - Abertura de vagas para estudantes pobres nas universidades públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preocupação com a família. - O Estado não pode invadir o terreno da família (tradicional) em termos educacionais. - A escola privada tem um ensino melhor e está mais atenta ao que o consumidor quer, além de respeitar os valores familiares, não levados em consideração pelas públicas. - Ensino clássico (tradicional) para o país subir nos rankings escolares. - Educação entendida como instrução acadêmica e instrução de valores familiares. - Ensino clássico (tradicional), pois o trabalhador com mais educação formal é mais produtivo. - Educação tem de levar em conta os limites entre família (valores familiares) e Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preocupação com a família. - O Estado não pode invadir o terreno da família (tradicional) em termos educacionais. - A escola privada tem um ensino melhor e está mais atenta ao que o consumidor quer, além de respeitar os valores familiares, não levados em consideração pelas públicas. - Educação entendida como instrução acadêmica e instrução de valores familiares. - Ensino clássico (tradicional), pois o trabalhador com mais educação formal é mais produtivo. - Educação tem de levar em conta os limites entre família (valores familiares) e Estado.
Meio Ambiente			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Capitalismo visto como um sistema econômico prejudicial ao meio ambiente. - Contra o produtivismo e o consumismo supérfluo. - Ambientalismo como anticapitalista. - Contra a utilização de fontes energéticas predatóricas. - Investimentos em fontes renováveis e limpas de energia. - Bem-estar coletivo e sustentabilidade socioambiental. - Luta ambiental como uma bandeira de esquerda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capitalismo visto como um sistema econômico prejudicial ao meio ambiente. - Contra o produtivismo e o consumismo supérfluo. - Ambientalismo como anticapitalista. - Contra a utilização de fontes energéticas predatóricas. - Investimentos em fontes renováveis e limpas de energia. - Bem-estar coletivo e sustentabilidade socioambiental. - Luta ambiental como uma bandeira de esquerda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento envolve empreendimentos e manejo sustentável do meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Previdência			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Reforma da Previdência de 2003 rompeu com a base social do PT. - Reforma de 2003 foi contra os funcionários públicos, aposentados e pensionistas. - Política neoliberal e ditada pelo FMI. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma da Previdência de 2003 rompeu com a base social do PT. - Reforma de 2003 foi contra os funcionários públicos, aposentados e pensionistas. - Política neoliberal e ditada pelo FMI. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Relações Agrárias			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Contra o latifúndio e a concentração de terras. - Defesa do MST. - Defesa da ocupação de terras. - Defesa da reforma agrária. - Defesa dos camponeses sem terra. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contra o latifúndio e a concentração de terras. - Defesa do MST. - Defesa da reforma agrária. - Defesa dos camponeses sem terra. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contra a invasão de terras. - Contra as ações do MST. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contra a invasão de terras. - Contra as ações do MST.
Relações de Trabalho			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Direitos da classe trabalhadora. - Defesa da justiça do trabalho. - Defesa das greves dos trabalhadores. - Defesa dos direitos trabalhistas. - Defesa da organização sindical. - Redução da jornada de trabalho sem redução de salários. - Aumento do salário mínimo acima dos padrões normalmente estabelecidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Investimentos e empréstimos públicos condicionados à contrapartida de manutenção de empregos e de renda dos trabalhadores. - Direitos da classe trabalhadora. - Defesa da justiça do trabalho. - Defesa das greves dos trabalhadores. - Defesa dos direitos trabalhistas. - Defesa da organização sindical. - Redução da jornada de trabalho sem redução de salários. - Aumento do salário mínimo acima dos padrões normalmente estabelecidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Modernização da legislação trabalhista. - Legislação trabalhista anacrônica nos dias atuais. - Flexibilização das relações de trabalho. - Desonerar de impostos a folha de pagamentos para novos empregos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Financiamento de campanhas eleitorais			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares 	<ul style="list-style-type: none"> - Contra o financiamento privado de campanhas eleitorais. - Defesa do financiamento público de campanha eleitorais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contra o financiamento público de campanhas eleitorais. - Defesa do financiamento privado de campanha eleitorais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.

Elaboração: Professores Daniel de Mendonça e Bianca de Freitas Linhares (PPGCPol/Ufpel).